

## RESENHA ESTRATÉGICA 2006

***Hervé Coutau-Bégarie***

*O Professor Hervé Coutau-Bégarie é Diretor de Pesquisas em Estratégia na Escola Inter-Forças de Defesa da França, bem como, é Presidente da Comissão Francesa de História Militar. Em novembro de 2006, ele proferiu a palestra “Os desafios estratégicos do século XXI”, na Escola de Guerra Naval, durante o VI Encontro nacional de Estudos Estratégicos (ENEE).*

Incontestavelmente, 2006 será marcado pela radicalização das tendências observadas em 2004 e 2005 evidenciando, assim, a complexidade estratégica do mundo contemporâneo do ponto de vista dos interesses em jogo e também dos próprios acontecimentos. As operações no Líbano, Iraque e Afeganistão certamente tiveram seu lugar na linha de frente da cena mediática, da mesma forma que os riscos de proliferação representados pelo Irã e pela Coreia do Norte. Mas, 5 anos após os atentados do 11 de setembro de 2001, o terrorismo continua representando um motivo de preocupação para o qual, não foi encontrada, até o momento, uma solução real, ao passo que, ao final de uma trajetória anunciada sedimentavam-se os novos conceitos em matéria de segurança. A participação da França no exterior permaneceria também cercada por uma determinada estabilidade, enquanto que determinadas evoluções da PESC (Política Europeia de Segurança e Defesa), como a operação EUFOR-RDC, no Congo-Kinshasa, nos permitem entrever uma atividade da Europa no cenário mundial maior do que a pretendida por Bruxelas ao final da estratégia europeia de segurança (2004). No domínio industrial produziram-se, também várias evoluções, no bojo dos inúmeros desenvolvimentos corridos nos últimos anos.

### **OPERAÇÕES MILITARES: A ASSIMETRIA, PRINCIPAL JOGO ESTRATÉGICO**

#### **A SEGUNDA GUERRA DO LÍBANO**

Sob vários aspectos o ano estratégico de 2006 teria sido marcado pela operação Mudança de Direção. Conduzida por Israel contra o Hezbollah após o seqüestro de 2 soldados em território israelense ao final de uma operação complexa<sup>1</sup>, Mudança de Direção, assistiu, de 12 de julho a 15 de agosto<sup>2</sup>, ao envolvimento do Tsahal, inicialmente nas

<sup>1</sup>Implicando notadamente uma reviravolta tática minuciosamente planejada.

<sup>2</sup>Henrotin, J., « Une techno-guérilla aurait-elle défait la « meilleure armée du monde » ? », Défense & Sécurité Internationale, n° 18, septembre 2006.

operações aéreas e em seguida nas terrestres, todas elas em território libanês. Um bloqueio naval seria igualmente imposto pela Heyl Ha' Yam (Marinha israelense), com o objetivo de impedir a transferência de armamentos para o Hezbollah por via marítima.

A adoção de uma estratégia hesitante, marcada não só por várias alterações de objetivos estratégicos<sup>3</sup>, mas também por um forte poder de fogo, resultaria em um grande número de vítimas civis, sem que, no entanto, Hezbollah fosse aniquilado. Os quarteirões ao sul de Beirute, feudos do Hezbollah, foram rapidamente atingidos por bombardeios, antes que as infra-estruturas libanesas (pontes, aeroporto de Beirute, centrais elétricas) fossem, por sua vez, atingidas, como parte de um plano, que aparentemente se apoiava sobre uma metodologia que se aproxima da representada pelo conceito de operação centrada em efeitos (*Effects-Based Operations*) (EBO)<sup>4</sup> e que visava, em última instância, envolver o governo libanês no processo do desarmamento do Hezbollah.

Este último lançaria uma média de 200 foguetes por dia sobre Israel (apenas Haifa, Tel Aviv ou Jerusalém não foram atingidas), alguns dos quais fornecidos pelo Irã, e mísseis antinavios C-802. Um deles atingiria a corveta israelita Hanit, dotada de características furtivas, demonstrando assim que o movimento shiita era capaz de utilizar equipamentos de alta tecnologia<sup>5</sup>.

Posteriormente, durante a fase terrestre do conflito o movimento utilizaria igualmente os modernos mísseis antitanque de origem russa que, possivelmente teriam transitado pelo Irã e a Síria, com resultados convincentes: mais de 25 % dos tanques Merkava utilizados pelo Tsahal teriam sido assim atingidos<sup>6</sup>. Lição importante para as forças ocidentais, várias autoridades do Tsahal indicariam que a “superioridade em informações”, adquirida via captação eletrônica, veículos aéreos não tripulados e redes de comunicação e controle, não é a panacéia definitiva para a vitória. Além das implicações tecnológicas de um conflito complexo, que alguns denominaram, sem dúvida de modo impróprio em face do envolvimento do Irã, “guerra árabe-israelense”, demonstrou as limitações de um exército israelense inicialmente formatado para combater a Síria e que não estaria à altura, apesar da experiência adquirida nos Territórios Palestinos, de aplicar uma verdadeira doutrina anti-guerrilha.

Extremamente móveis, bem treinadas (muito mais do que os israelenses estimavam) e bem equipadas – de forma que, por exemplo,

<sup>3</sup> Razoux, P., « Tsahal : la crise ? », *Défense & Sécurité Internationale*, n° 18, setembro 2006.

<sup>4</sup> Sobre este conceito; Henrotin, J., *L'Airpower au XXIe siècle. Enjeux et perspectives de la stratégie aérienne*, Coll. « RMES », Bruylant, Bruxelles, 2005.

<sup>5</sup> Cordesman, A.H., *Preliminary Lessons of the Israeli-Hezbollah War*, CSIS, Washington, 2006

<sup>6</sup> Henrotin, J., « Une techno-guérilla aurait-elle défait la « meilleure armée du monde » ? », *Défense & Sécurité Internationale*, n° 18, septembre 2006

uma localidade como Bint Jbeil jamais seria tomada pelas forças israelenses – as tropas do Hezbollah beneficiaram-se igualmente de uma estratégia de mídia sem falhas.

Ao escutar as comunicações israelenses, o movimento podia então enviar equipes de televisão aos locais onde o Tsahal acabava de sofrer baixas, fazendo em seguida uma difusão massiva das imagens em todo o Oriente Médio. O mesmo ocorreu com os resultados dos ataques às zonas urbanas, que resultaram em baixas entre as populações civis, possibilitando assim ao Hezbollah “retomar o favorecimento” de determinadas populações libanesas que inicialmente a ele se opunham. Ao mesmo tempo, a estratégia de comunicações israelense foi amplamente considerada deficiente, apesar dos esforços virtualmente inéditos realizados neste campo. Difundiu-se também rapidamente a impressão de uma vitória do movimento shiita, e isto, a despeito dos sucessos táticos do Tsahal e do fato de que, no final, as forças israelenses conseguiriam efetivamente reduzir o arsenal do Hezbollah. Praticamente, o final das operações teria dado ensejo ao surgimento em Israel de um amplo debate não somente sobre a eficácia do Tsahal mas também sobre a oportunidade do desenvolvimento das operações de acordo com os planos adotados pelo governo e o estado-maior. A crise moral que atingia o Tsahal voltaria à baila em relação à estratégia das retiradas unilaterais (no Líbano e depois em Gaza), retardando, assim, uma retirada não apenas da Cisjordânia mas também de Golan, o qual, segundo diversos analistas, atualmente não representa mais a posição estrategicamente vantajosa que poderia ter existido alguns anos atrás.

Após a decisão do governo libanês de enviar seu exército para o Sul do Líbano – uma zona para a qual este exército não havia sido destacado há mais de 20 anos – chegou-se finalmente a uma solução intermediária segundo a qual uma UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano) mais dura seria posicionada no Líbano, ao sul do Litani, em uma zona de responsabilidade idêntica à zona em que vinha atuando até o momento. A definição dos objetivos (que poderiam chegar até ao desarmamento das tropas do Hezbollah que fossem encontradas) e de suas regras de engajamento dariam ensejo a numerosos debates.

Este seria certamente o caso da questão referente ao comando desta “UNIFIL bis”, com a França postulando a manutenção do comando (uma vez que estava encarregada da UNIFIL no momento em que se iniciaram as operações), da mesma forma que a Itália<sup>7</sup>.

Ao mesmo tempo, as tropas israelenses se retirariam, à medida que as tropas libanesas avançavam, estando a retirada concluída em 1º de outubro, sendo também levantado o bloqueio naval enquanto se estabelecia

<sup>7</sup> Praticamente esta última garantirá o comando da UNIFIL a partir de 2007. Serão envolvidos na operação 15.000 combatentes da França, Itália, Alemanha, Bélgica, Qatar, Polônia, China, Malásia, Indonésia, Finlândia, Suécia, Noruega, Espanha, Turquia, Bangladesh e Nepal.

uma « UNIFIL naval » chefiada pela Alemanha e envolvendo navios franceses e italianos. Enquanto isso, a França conduziria uma evacuação sem falha de seus súditos : Recém-saída dos testes, a Navio de Projeção e Comando (**Bâtiment de Projection et de Commandement**) BPC **Mistral** seria empregado com sucesso. Em 16 de agosto, o balanço das operações não era favorável. Segundo estimativas de diferentes fontes, o número de mortos entre civis libaneses giraria entre 707 e 1.100, aos quais se somariam entre 58 e 465 membros do Hezbollah, 30 civis israelenses e 119 soldados do Tsahal. Trinta e quatro militares libaneses haviam também sido mortos durante um ataque aéreo israelense. O número de feridos era elevado: mais de 3.700 civis libaneses, 1.000 civis israelenses, 450 membros do Tsahal. Além disto, vários comentaristas observam que Hassan Nasrallah, o líder do Hezbollah, havia reforçado consideravelmente sua legitimidade no Líbano, surgindo agora como um novo herói aos olhos das populações árabes e iranianas, por ser responsável por uma “vitória divina” (slogan que se multiplicaria nos numerosos painéis instalados no Líbano pelo Hezbollah ao final das operações). Recebendo ajuda maciça do Irã, o Hezbollah prometeria em seguida reconstruir todas as moradias destruídas pelos ataques israelenses, reforçando, assim sua posição junto à população. Neste sentido, o adágio que diz que “uma guerrilha vence se resistir a um exército convencional e perde se não vencer de forma decisiva” continua mais do que válido.

O balanço, para a comunidade internacional, não é absolutamente mais favorável. Incapaz de encontrar um consenso sobre o próprio fato de que as operações deveriam cessar, ela parecia aderir à idéia de que o Hezbollah, como movimento armado, constitui um problema real<sup>8</sup>.

Mas, Nasrallah continuava a rejeitar este desarmamento, apresentando seu arsenal como a garantia essencial da soberania libanesa frente a Israel, se bem que o Estado hebreu se retirou do Líbano em 2000 e, desde então, não fez nada senão responder com disparos de artilharia – de forma aleatória e não sistemática – aos atos do Hezbollah. Permanecem ainda sem resposta questões referentes às motivações que levaram o Hezbollah a seqüestrar soldados israelenses. Uma tese pleiteia que o líder shiita teria sido surpreendido pela reação israelense e que era seu desejo ter à mão alguns trunfos para uma possível troca de prisioneiros. Entretanto, um outro seqüestro de um soldado em solo israelense, desta vez, próximo à faixa de Gaza e alguns dias antes da operação do Hezbollah, levaria também o Tsahal a uma « incursão », tudo isso num contexto em que Israel era visto como estando na mira dos foguetes Kassam vindos de Gaza e de sua região. Uma outra tese é a de que o Hezbollah teria deliberadamente planejado sua ação com total conhecimento de causa, com o intuito de aumentar

<sup>8</sup> Uma situação homologada pelos acordos de Taëf de 1989 antes que as resoluções da ONU, nunca respeitadas, exigissem o desarmamento.

seu peso político em um Líbano, no qual, afinal, ele não tinha representação política, quando esta é comparada ao lugar ele que ocupa na sociedade libanesa.

#### AFEGANISTÃO: O ATOLEIRO

No momento em que o governo paquistanês assinava em setembro um acordo com os chefes das tribos do Vaziristão (região fronteira com o Afeganistão através da qual transitam os “estudantes de teologia” formados nas **madrassas**) ao final do qual as forças de Islamabad se retirariam da região, a perspectiva de uma pacificação do Afeganistão parecia tornar-se mais distante. Ao longo de todo o ano, a atividade ininterrupta das **madrassas** (a despeito das promessas paquistanesas após os atentados de Londres em julho de 2005) além de um claro ressurgimento dos Talibãs – aos quais precisamos agora somar os poderosos produtores de ópio e chefes de tribos hostis à nova administração empossada em Kabul – estão longe de facilitar a estabilização do Afeganistão. Neste cenário, e no momento em que Washington pretende retirar do país os combatentes que seriam em seguida enviados ao Iraque, a OTAN, que deveria assumir o comando da ISAF<sup>9</sup>, aceitou, em julho, prorrogar o mandato desta missão ao sul do país (continuando as forças dos Estados Unidos sob comando americano, dentro do escopo da operação **Enduring Freedom**), renunciando operações muito duras. Assim, no início de setembro (desde o início em 2006, 1500 insurgentes foram mortos), a OTAN lança uma operação, **Medusa**, de alta intensidade, as forças da coalizão – com 2000 homens apoiados por forças de segurança afegãs – enfrentando combates árduos, durante os quais mais de 1.000 Talibãs foram mortos em 21 de setembro, segundo o general James Jones, SACEUR (**Supreme Allied Commander Europe** – Comandante Supremo Aliado na Europa); 90 outros foram capturados, 5 canadenses foram mortos e 7 outros membros da ISAF ficaram feridos.

Concomitantemente, a RAF lamentava a perda de um Nimrod e de seus 14 tripulantes, sem que se pudesse responsabilizar o fogo inimigo pelo fato. Oficialmente, a operação **Medusa** visava “estabilizar” o sul do Afeganistão e particularmente o distrito de Panjwayi. Do ponto de vista prático, entretanto, os membros envolvidos na operação não se deixaram enganar de forma que ao encontrar forte resistência, a condição de securização foi adotada pela OTAN. Enquanto isso, as forças da OTAN viram-se rapidamente superadas pelas operações, tanto do ponto de vista humano quanto do material. Assim, os oficiais que lá se encontravam queixaram-se

<sup>9</sup> A própria ISAF dispõe de meios limitados, se os compararmos à tarefa a ser cumprida: 18 500 homens provenientes de 37 nações, ao passo que devem também gerar 13 Equipes de Reconstrução Provincial (PRT), tudo isto em colaboração com as forças de segurança afegãs mal equipadas e mal remuneradas.

da falta de apoio da artilharia, de apoio helitransportado, de apoio aéreo e da falta de capacidade de reconhecimento.<sup>10</sup>

Ao mesmo tempo, os combatentes inimigos estão sempre equipados com armas leves, mas seus modos de operação se diversificavam. Assim, aos tradicionais ataques do tipo **hit and run** foram acrescentadas emboscadas bem preparadas, ou mesmo ataques frontais reais, durante os quais, com freqüência, as forças da OTAN levam a melhor. Mas seu número reduzido<sup>11</sup> não permitia a ocupação sistemática de um terreno que seria retomado por um adversário extremamente determinado, gerando a necessidade de novas operações. Os combates foram particularmente violentos, com um oficial britânico indicando que suas forças estavam enfrentando as operações mais violentas desde a Guerra da Coréia e que apenas os britânicos haviam disparado 400.000 cartuchos. Desenvolveu-se concomitantemente uma campanha de atentados, inclusive em zonas tradicionalmente tranquilas.

Considerada oficialmente um sucesso, a operação **Medusa**, na verdade, lograria apenas o estabelecimento de um controle transitório e lacunar da região. Determinados comentaristas indicam que os esforços em matéria de reconstrução, dos quais a agenda da ISAF parece estar repleta, são utilizados no contexto de uma estratégia de comunicação que visa a população afegã. Mas indicam igualmente que são às vezes supérfluos (ênfatizando que a securização deve continuar prioritária) e essencialmente conduzidos para alcançar uma grande visibilidade internacional. Ora, o impacto sobre as populações das ações de reconstrução após os ataques seria mínimo, sendo as forças da ISAF, com maior freqüência, percebidas como forças de ocupação. Ao mesmo tempo, a literatura referia-se cada vez de forma mais sistemática às (difíceis e finalmente inúteis) operações britânicas do século XIX. Praticamente, então, entre estabilização/securização e reconstrução, um esforço de precisão estratégica fazia-se necessário, sem o qual tanto a ISAF quanto a OTAN poderiam perder a iniciativa sobre o terreno, sem poder fazer valer o governo de H. Karzai e, menos ainda, a democratização da região.

## O IRAQUE AGORA E SEMPRE

O Iraque continua a ser uma zona de confronto extremamente complexa, marcada por uma média semanal de “ataques significativos” (de Dispositivos Explosivos Improvisados, ataques contra as forças americanas e de segurança iraquiana) que tenderiam a aumentar entre agosto de 2005

<sup>10</sup> Calibrados para aplicações outras que não a detecção de combatentes humanos, os sistemas óticos dos drones não tiveram capacidade discriminatória suficiente.

<sup>11</sup> Os membros da OTAN demonstraram má vontade para empregar os homens e o material necessário desde o início do verão, de sorte que se a Polónia iria envolver 1000 homens adicionais, ela o faria somente no início de 2007. Para alguns, a crise libanesa representou uma oportunidade de declinar polidamente os convites da OTAN.

e fevereiro (cerca de 550 por semana) e depois a se radicalizar entre fevereiro e maio de 2006 (mais de 610).

Acima de tudo, é preciso acrescentar a estes números o aumento do número de atos de violência inter-religiosa, mais do que significativo após fevereiro de 2006, e particularmente, depois dos ataques a bomba contra as mesquitas shiitas: 250 ataques em fevereiro, chegando a mais de 450 em março, antes de caírem para 340 em abril. Sem atingir os picos de atividade de agosto e novembro de 2004 ou de janeiro de 2005, o número total de ataques contra a coalizão permaneceria o mais elevado após o encerramento das “grandes operações” decretado em maio de 2003. De março de 2005 a março de 2006, as baixas cotidianas entre os civis iraquianos (em média 36 por dia, ou seja, 12.617 no período analisado) seriam as mais elevadas desde o final das “grandes operações”, com o total de baixas civis girando entre 43546 e 48343 mortos. As baixas entre os militares americanos são igualmente significativas (apesar de um importante debate sobre a sua proteção, e o emprego de veículos super-blindados) e não caiu: de novembro de 2005 a setembro de 2006, a média mensal de mortos era de 65, com o total desde o início das operações chegando a 2.849. Ao mesmo tempo, de um ponto de vista global, o número mensal de feridos continuava estável, 19.773 soldados feridos desde março de 2003.

Os sucessos táticos como a eliminação de Zarquawi, chefe da « Al-Qaeda no país dos rios », não permitiriam alterar o curso das operações, enquanto que as forças de segurança iraquianas, parcialmente formadas pela OTAN, pagariam um pesado tributo às operações de securização. Criticadas por estarem mal equipadas ou por não possuírem as competências necessárias, estas forças seriam cada vez mais utilizadas de forma sistemática nas operações anti-guerrilha, sob a supervisão de forças americanas.

Esta **proxy war** (guerra por procuração) é, além disso, considerada como um instrumento estratégico precioso por Washington, ao final da Revisão Quadrienal de Defesa (**Quadriennial Defense Review - QDR**) publicada em fevereiro de 2006, sendo criticada por um observador tão bem informado quanto Stephen Biddle, que considera que tal tática de emprego de forças resultaria no aumento das tensões religiosas.

Zonas consideradas como relativamente calmas, como Bassorah, tornam-se cada vez mais freqüentemente teatro de confrontos.

## O PESO DA QUESTÃO NUCLEAR

### A questão iraniana

Um outro motivo para que o Iraque fosse citado na QDR americana, é o fato de ele fornecer uma base operacional importante para as forças aéreas americanas que poderiam estar combatendo um Irã que continua a desenvolver o seu programa nuclear. Fonte de inquietação no ocidente em

2006, este programa motivou uma seqüência de “declarações não oficiais” em maior ou menor grau retransmitidas pela imprensa americana, prestando sem querer “um serviço encomendado”. Houve também um artigo de S. Hersch segundo o qual o Irã poderia ser alvo de um ataque nuclear e, na época, a Marinha Americana realizou ao longo do ano uma série de manobras de intimidação, para despertar a atenção de Teerã, que incluíam vôos que chegavam até o limite extremo do espaço aéreo iraniano. Ora, o artigo em questão foi publicado no momento em que o Irã realizava manobras importantes denominadas Grande Profeta (Teerã realizaria ainda outras ao longo do ano), em abril de 2006, que lhes permitiriam testar novos equipamentos resultantes de um processo de engenharia reversa, como o torpedo **Hout** (derivado do **Shkval** russo de grande velocidade), os **Misagh**, mísseis anti-aéreos lançados do ombro (réplicas do **SA-7**) ou o submarino **Nahang**. No entanto, a maioria dos materiais apresentados como “não detectáveis” ou dotados de “precisão milimétrica” e capazes de transportar várias ogivas como o “míssil” **Fajr-3** (na verdade um foguete de longo alcance) são tidos como ultrapassados. Mas, com 3 submarinos da classe **Kilo** equipados com torpedos eficientes, o Irã está em condições de representar uma ameaça considerável à liberdade de circulação no Estreito de Ormuz, o que se reflete no aumento dos prêmios de seguro das embarcações que precisam navegar na região.

Vários analistas observaram, aliás, que a problemática iraniana era, antes e acima de tudo, de natureza diplomática, com probabilidade de uma operação militar reduzida (a despeito da presença na área de um grande número de aviões de combate americanos e israelenses). Ao mesmo tempo, uma operação contra os centros de pesquisa e produção iranianos não conseguiria reduzir as ambições nucleares militares de Teerã, ou, de forma mais ampla, sua influência na região, através daquilo que alguns denominam “comando oeste” (o Hezbollah). Sob este ponto de vista, incontestavelmente, o Irã posicionou-se em 2006 como um ator de peso – senão como **o** ator de peso – no Oriente Médio.

Esta situação é reforçada pelo desafio lançado às sanções impostas por uma comunidade internacional que, até agora, não conseguiu negociar o abandono por parte do Irã do seu programa de enriquecimento nuclear.

### Os testes norte-coreanos

A Coréia do Norte, um outro teatro de operações em potencial, realizou no dia 4 de julho uma série de testes com mísseis, num momento em que Pyongyang tentava conduzir negociações bilaterais com Washington, que sempre privilegia as negociações a seis.

Estes testes, entretanto, realizados depois que a Coréia do Norte ostensivamente deixou um míssil **Taepodong-2** (com um alcance que poderia,

segundo determinadas estimativas, atingir o Alasca)<sup>12</sup> sobre sua plataforma de lançamento, fracassaram. Dos 7 mísseis lançados, apenas os tipos comuns e já testados e dotados de uma função tática, funcionaram, enquanto que o Taepodong explodiu 40 segundos após o lançamento, provavelmente devido a uma falha. Mas, no dia 9 de outubro, Pyongyang detonou uma arma nuclear no subsolo. A detonação foi de baixa potência – gerando quase que imediatamente conjecturas sobre um possível fracasso<sup>13</sup> – e, em seguida, desistiu de um segundo teste.

De qualquer forma, as conseqüências desses testes são importantes.

No momento em que já há alguns anos assistimos a um debate estratégico sem precedentes desde 1945 (em torno, sobretudo, da qualificação das forças de auto-defesa como exército, sobre os ataques preventivos, sobre o intervencionismo no nível internacional ou sobre o “compartilhamento de tarefas” com os Estados Unidos), o Japão, que assistiu à ascensão de Shinzo Abe ao cargo de Primeiro Ministro, está considerando a construção de 2 novos contratorpedeiros, – na verdade, cruzadores - da classe **Kongo**. Com capacidade de conduzir missões de defesa contra mísseis balísticos - um dos mísseis norte-coreanos acabou caindo no Mar do Japão – estas embarcações são a ponta que surge de um dispositivo considerado estratégico e que implica em trabalhar no mais alto nível das pesquisas realizadas pelos Estados Unidos sobre os lasers antimísseis aerotransportados.

S. Abe, considerado uma verdadeira águia – um termo, aliás, bastante exagerado se considerarmos as suas posições – pretende dar continuidade ao desenvolvimento das forças japonesas cujo adversário principal, a curto prazo, continua sendo a Coreia do Norte. Foi lançado um novo satélite de reconhecimento para vigiar o país e Tóquio anuncia a intenção de dispor de veículos aéreos não tripulados de reconhecimento capazes de operar nas proximidades da Coreia do Norte, enquanto espera pelos que pretende produzir a partir de 2015. Após o teste do dia 9, o Japão proibiria o acesso de navios norte-coreanos aos seus portos.

Os testes norte-coreanos na verdade não abriram uma nova discussão sobre a postura dos Estados Unidos – notadamente no tocante a tropas desdobradas, cuja tendência seria até diminuir – em relação a uma Coreia do Sul que está trabalhando para minimizar a ameaça que os mísseis norte-coreanos representam para a segurança internacional. O desenvolvimento do poderio da Coreia do Sul continua

<sup>12</sup> Observe-se, entretanto, que « Taepodong-2 » é uma designação atribuída ao míssil pelos Estados Unidos. Muito pouco se sabe a sobre este míssil.

Assim, as estimativas referentes ao seu alcance vão de 3500... a 15000 km.

<sup>13</sup> Pode-se, na verdade, por em dúvida que a Coreia do Norte domine a tecnologia de armas de baixa potência.

anunciando o crescimento de um míssil de cruzeiro de ataque terrestre preciso, com alcance de 500 km, e capaz de, segundo Seul, atingir as bases dos mísseis balísticos norte-coreanos<sup>14</sup>

A China, na verdade, continua sendo o único Estado em condições de exercer pressão efetiva sobre Pyongyang ( cortando o oleoduto que transporta 98 % do petróleo norte-coreano). Mas, exceto por sua adesão à resolução das Nações Unidas condenando “o teste nuclear”, a China não tomou outras medidas quanto a uma mudança significativa de postura diplomática em relação à Coreia do Norte.

### **As definições da doutrina nuclear francesa**

No momento em que a França assistia aos debates sobre a utilidade e o custo da dissuasão nuclear, Jacques Chirac, em um discurso pronunciado na base de Île Longue, definia o conceito francês. Enquanto a dissuasão continuava sendo essencial, ele refinava a estratégia francesa na linha do discurso pronunciado no IHEDN em 2001, enfatizando principalmente a importância dos interesses vitais (sem dar-lhes uma definição precisa, jogando com o fator incerteza); a modulação da resposta (inclusive uma relação das responsabilidades) visava mais os centros de gravidade políticos do que as cidades; manutenção do componente nuclear aerotransportado; desenvolvimento das defesas antimísseis e sua integração na estrutura da dissuasão, principalmente em benefício das tropas engajadas em operações no exterior; uma confirmação da “dissuasão por notificação”, que permite, assim, colocar outros países europeus sob “o guarda-chuva nuclear francês”. Mas, aquilo que mais chamou a atenção foi sem dúvida a afirmação segundo a qual os governantes dos Estados “que recorrerem a métodos terroristas contra nós, da mesma forma que aqueles que considerassem utilizar, de uma forma ou de outra, armas de destruição em massa, precisam entender que estarão se expondo a uma resposta firme e precisa de nossa parte”.

### **TERRORISMO: UM RECRUDESCIMENTO DOS ATENTADOS**

Cinco anos após o 11 de setembro, o terrorismo continua sendo objeto de preocupação importante, ainda que o número de ataques, de mortos e feridos registrados tenda a cair – com exceção dos atentados cometidos no Iraque. Em contrapartida, observa-se uma diversificação dos países atingidos. Assim,

<sup>14</sup> Vale observar, entretanto, que estes mísseis, construídos em série a partir de 2007, estarão também sujeitos a desenvolvimentos em termos de alcance (passando a 1000 km de alcance) mas também em relação à modalidade de lançamento, com a Coreia do Sul buscando ser capaz de instalá-los em submarinos Tipo-214, o que a tornaria o primeiro país da região (exceção feita dos Estados Unidos) a dispor de uma capacidade de lançar mísseis de cruzeiro de navios.

após um cessar fogo, a retomada dos combates no Sri Lanka entre as forças governamentais e o grupo terrorista LTTE levou à retomada dos ataques. Quanto ao Jihad, o alvo dos atentados foi a embaixada americana na Síria.

Importantes iniciativas foram implementadas, notadamente na Grã-Bretanha, onde foi evitada uma operação de grande envergadura, que objetivava a destruição de várias aeronaves comerciais sobre grandes cidades americanas. No Canadá foi preso um grupo que aparentemente se preparava para um ataque contra uma central nuclear.

Mas estes sucessos no combate ao terrorismo escondem uma determinada progressão dos processos de talibanização. Este foi o caso, já visto, do Afeganistão, mas também da Somália. As operações conduzidas pela União dos Tribunais Islâmicos resultaram na derrota militar da aliança dos senhores da guerra apoiados pelos Estados Unidos em vários setores do país como Mogadiscio. Viriam em seguida atos da Sharia que resultariam, por exemplo, na proibição da transmissão de música pelas rádios das regiões conquistadas.

Após um atentado contra o presidente da Somália (em que seu irmão faleceu), a Etiópia se inquietaria com este novo avatar da destruição do Estado somali, enquanto que a Eritreia apoiaria as forças islâmicas, notadamente através do fornecimento de armas.

Neste contexto, a União Africana decidiria criar uma força de manutenção da paz, IGASOM, inicialmente proposta pelo IGAD (que reúne 7 países do Leste da África – Djibuti, Eritreia, Etiópia, Kenia, Sudão, Uganda e o governo de transição da Somália) que se apoiaria, num primeiro momento, em tropas sudanesas e ugandenses. Outros a eles se juntariam e a operação duraria um ano. Esta evolução no Chifre da África constitui um caso extremo que tende a demonstrar a teoria dos **failed States**, é igualmente percebida como inquietante pelos Estados Unidos, reforçando seu desejo de criar a curto prazo um comando africano, o último dos grandes comandos inter-forças a ser criado, com a África ficando dependente até lá do Comando Europeu. Por outro lado, a radicalização de determinadas regiões Saarianas e Sub-saarianas continua a ser um motivo de real preocupação, no momento em que o Grupo Salafista para Pregação e Combate (GSPC) – argelino, porém igualmente ativo no Marrocos e na Mauritânia – declarava seu apoio à Al-Qaeda.

Por outro lado, são também desenvolvidas respostas ao terrorismo. Na França a publicação do Livro Branco sobre a segurança interna em face do terrorismo permite a difusão de um verdadeiro corpo doutrinário sobre a matéria, muito completo, exceto quanto a determinados aspectos em matéria de comunicação de crise, apontando a natureza da ameaça,

– o jihadismo – os meios utilizados para responder a ela, enfim, as ações a serem empreendidas<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Distinguindo assim a « batalha do cotidiano » limitada aos fenômenos de radicalização, « batalha das tecnologias », e « batalha das idéias ». La France face au terrorisme. Livre Blanc du gouvernement sur la sécurité intérieure face au terrorisme, La Documentation française, Paris, 2006.

Este esclarecimento que vinha amadurecendo desde 2001, surge no momento em que várias pessoas são detidas na Alemanha, após terem colocado bombas em trens, bombas estas que, devido a uma falha, acabam não explodindo. Ao mesmo tempo é impossível ignorar o contexto deletério no qual estes atentados ocorrem ou são frustrados (“o caso das caricaturas”, declarações de Bento XVI, etc.).

Neste cenário, se os observadores esperam muito da Cúpula de Riga da OTAN<sup>16</sup> sobre o plano de respostas militares cuja estrutura não evoluiria em 2006, com exceção da retomada da maior parte do Afeganistão pela ISAF, já mencionada<sup>17</sup> – os progressos da União Européia em relação à questão terão sido igualmente débeis em 2006.

### PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS

Se o terrorismo concentra as atenções dos serviços de segurança interna, ele afeta igualmente a estruturação das forças armadas e as preocupações dos industriais. O ano de 2006, através de salões e exposições como o Eurosatory ou a Euronaval, permitiu a constatação do enfoque principal nos sistemas ditos de “segurança global” permitindo a centralização em redes dos diferentes sistemas de vigilância à disposição dos Estados. As soluções propostas, no entanto, são freqüentemente imprecisas, conceitualmente problemáticas e, sob vários aspectos, não apresentam a revolução apregoada. Além disso, de forma notável, outras forças armadas além das européias ou americanas, engajaram-se neste processo de transformação. Este foi, entre outros, o caso da Índia e dos Emirados Árabes Unidos, que anunciaram em seus planos a guerra centralizada em redes (**network centered warfare**). A modernização das forças é igualmente de capacitação e pode apresentar reviravoltas espetaculares. No caso mexicano, nada menos do que Su-27 Flankers seriam designados para as missões de combate ao narcotráfico, em conjunto com os E-2C de detecção aérea avançada. Esta modernização deve ser colocada em perspectiva: numerosos países da América Latina encomendaram ou receberam naquele ano novos equipamentos modernos (Mirage-2000 no Brasil ; F-16, submarinos classe Scorpène e fragatas no Chile), inclusive a Venezuela de H. Chavez (compra de Su-30), que utilizava a compra de armamento como fator de bravata política perante Washington.

Observamos igualmente o aumento do poderio da África do Sul (com o recebimento de novas corvetas, submarinos e também aviões de combate avançados), e também da Austrália (escolha do míssil de cruzeiro AGM-158, reestruturação da guarda costeira, recebimento de carros de

<sup>16</sup>Que ainda não ocorreu no momento em que estas linhas são escritas.

<sup>17</sup> Continuação das operações marítimas de securização no Mediterrâneo Oriental, operações ao largo do Chifre da África e no Oceano Índico.

combate M-1). A maioria dos programas desenvolvidos no Japão, Coréia do Sul, e Europa não foram extintos. No caso europeu, a Alemanha e a Espanha oficialmente escolheram suas “infantarias do futuro”, confirmando uma tendência que a França (com o FELIN) e a Grã-Bretanha (com o FIST) haviam inaugurado.

As forças navais européias experimentaram igualmente importantes evoluções, como, por exemplo, na Dinamarca, que lançou um programa de construção de 3 grandes fragatas aptas a lançar mísseis de cruzeiro, baseadas nas 2 fragatas classe **Absalon** que já estavam em serviço. Na Espanha, foram encomendadas duas fragatas – mais propriamente contratorpedeiros - **Alvaro de Bazan** adicionais. Os novos membros da OTAN deram continuidade à sua modernização, estando a Polônia entre os mais adiantados no processo de substituição do material de origem soviética.

Convém observar, entretanto, que estes desenvolvimentos não ocorreram em contextos orçamentários favoráveis. Assim, um ano após ter ratificado o plano Armée XXI através de um plebiscito, a Suíça está encontrando dificuldades para sua implementação. Este é também o caso da Grã-Bretanha, sujeita a vários cortes de orçamento que poderiam por em risco programas como o CVF, afetando, em consequência o programa PA2 francês.

O caso da Rússia é mais específico: de um total de mais de 11 bilhões de dólares, o orçamento do Ministério da Defesa teve um acréscimo de 29% entre 2006 e 2007 (o aumento médio anterior era de 20 %). Cerca de metade desta quantia será investida na aquisição de novos materiais, que se encontram em fase de introdução. Este é o caso dos submarinos **Amur** e também dos submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos da classe **Borei** (testes no mar programados para 2007), e o almirantado confirma que 5 unidades estarão em serviço em 2015.

O porta-aviões **Kuznetsov** passou por uma grande modernização e já está novamente em operação na frota do Norte, ao mesmo tempo em que uma nova classe de embarcações com características furtivas começa a surgir.

O exército e os pára-quedistas recebem novos blindados. A força aérea parece ser a menos favorecida. Acontece que a forças armadas russas estão muito degradadas e, por mais espetacular que seja este incremento, ele representa apenas uma recuperação do tempo perdido.

Tanto a situação dos militares russos nada tem de invejável, que nenhum plano real de modernização e de abandono do recrutamento foi desenvolvido e a situação no Cáucaso continua preocupante.

Esta evolução em matéria de estratégia de meios ocorre num contexto de intensa atividade internacional. Sob vários aspectos, a atividade militar é igualmente intensa. A título de exemplo, durante os três primeiros meses de 2006, o Japão precisou efetuar 107 decolagens de caças em resposta a um alarme, com as aeronaves de reconhecimento chinesas flertando perigosamente com o seu espaço aéreo. Mais pacificamente, as primeiras

manobras da NATO Reaction Force (NRF) desenrolaram-se com sucesso em Cabo Verde. Importantes manobras internacionais foram também realizadas no Pacífico, durante o verão de 2006, sob iniciativa americana, envolvendo nada menos do que 4 grupos de porta-aviões em três exercícios, mas também as marinhas chilena, australiana, japonesa, sul-coreana e peruana. Buscando abertamente atingir um valor dissuasivo, estas manobras se realizarão igualmente tendo como pano de fundo o aumento da capacidade militar chinesa. Além disso, elas exemplificam o conceito da “Marinha de 1.000 navios (**1000-ships navy**), apresentado pelo Chief of Naval Operations norte-americano em setembro de 2005, que visa o emprego comum das capacidades ditas aliadas no contexto das missões globais (vigilância das vias de comunicação marítimas, combate à pirataria e ao terrorismo) tendo como contrapartida a redução do número de navios da Marinha Americana.<sup>18</sup>

O Secretário Geral da Organização Marítima da África Ocidental anunciou a criação, a partir de 2007, de uma guarda costeira internacional própria para a região.

## A FRANÇA

Com o acionamento em estado de alerta, do Navio de Projeção e Comando (Bâtiment de Projection et de Commandement) - BPC **Mistral** antes que o mesmo estivesse totalmente pronto, a fim de contribuir para a evacuação dos súditos franceses e europeus no Líbano no contexto da operação **Baliste**, a Marinha Nacional viu aumentar as capacidades dos navios que farão dela uma força importante no mundo. O lançamento das fragatas **Forbin** e **Chevalier Paul**, que continuam sendo armadas, preenche um importante déficit em matéria de proteção antiaérea da frota. A assinatura do contrato de compra das primeiras fragatas FREMM. A Força Aérea declarou que estava operacional a sua primeira unidade dotada de aviões **Rafale**, em Saint Dizier e os programas de aeronaves de carga **A400M** e de munções diversas progredem normalmente. O veículo aéreo não tripulado SIDM, equivalente ao RQ-1 Predator americano, fez seu primeiro voo, mas o programa já enfrenta um atraso considerável. Dentro de alguns meses serão lançados dois satélites de comunicações **Syracuse III**. Quanto ao Exército, não ocorreram neste ano eventos notáveis, a não ser pelo primeiro teste operacional, no início do ano, da « NEB » (**Numérisation de l'Espace de Bataille** – Digitalização do Espaço de Batalha), sistema francês de guerra centrada em redes. Alguns meses depois, o sistema seria enviado à Costa do Marfim para ser testado em condições de operação de manutenção da paz colocando, assim, a França, que estava totalmente atrasada neste campo, em posição mais avançada do que os Estados Unidos.

<sup>18</sup> Para uma colocação em perspectiva do conceito segundo uma abordagem francesa, ver Oudot de Dainville, A., « REFERENCE », *Technologie & Armement*, n° 3, outubro-dezembro de 2006.

## UNIÃO EUROPÉIA E OTAN: JOGO DE PAPÉIS

No momento em que a União Européia parece ter estabilizado suas instituições de segurança, em termos operacionais, suas iniciativas concretas alcançaram vários sucessos. O início da operação **Althéa** na Bósnia, em substituição à SFOR, é considerado um sucesso, em um ambiente no entanto já pacificado, gerando um debate sobre o fato de que a UE não consiga subjugar, não atingindo assim um real desempenho estratégico. Contudo, com o emprego da EUFOR-RDC no Congo-Kinshasa, a União se envolve em um ambiente mais complexo. O apoio às forças locais e a securização das eleições congoleesas, vistas como potencialmente problemáticas, envolve 800 soldados em Kinshasa, além de 1200 homens no Gabão, prontos para intervir e 1500 outros mantidos em estado de alerta na Europa. A operação desenrolou-se sem percalços. Após o primeiro turno das eleições, os milicianos dos partidos de J. Kabila e de J-P Bemba, a bem da verdade, enfrentaram-se de forma violenta, mas a intervenção da EUFOR foi eficaz, entre demonstrações de força e negociações. Pelo menos um drone belga foi abatido. Os analistas estimam que o período mais delicado, do ponto de vista da segurança, será o que precede o segundo turno das eleições, previstas para 29 de outubro, estando planejado que a EUFOR-RDC deverá se retirar após a proclamação dos resultados.

Comparativamente, a OTAN aparece como mais empreendedora. Assumindo o controle das operações realizadas em todo o território afegão desde outubro, a organização se depara, entretanto, com membros pouco inclinados a enviar suas tropas. A KFOR em si não teve desenvolvimentos significativos. No campo industrial, a OTAN lançou oficialmente um programa de defesa antimísseis de tropas expedicionárias. Contando com as empresas européias o programa será, no entanto, essencialmente baseado no míssil americano Patriot. Vários países membros da OTAN decidiram, neste contexto, desenvolver um **pool** de transporte aéreo estratégico baseado na aquisição conjunta de aeronaves americanas **C-17**. Acima de tudo, a cúpula de Riga, programada para fim de novembro, deverá permitir a abertura da OTAN à Croácia, Macedônia e Albânia. Será discutido também um eventual processo de adesão por parte da Geórgia e também novos conceitos.

No seio da própria OTAN, os Estados Unidos permanecem predominantes, oficializando a instalação de novas bases militares na Bulgária e na Romênia, ao passo que o volume das forças estacionadas na Alemanha deverá diminuir nos próximos anos.

Os debates foram acirrados em relação à instalação no Leste da Europa de uma base do sistema americano de combate antimíssil, com a Polônia finalmente vindo a aceita-la, mas as manobras com a marinha ucraniana precisaram ser anuladas, devido às tensões que elas geravam com a Rússia.

## QUADRIENNAL DEFENSE REVIEW E O FUTURO DA DEFESA AMERICANA

Aguardado tanto por comentaristas como pelos militares americanos, a edição de 2005 da QDR foi publicada com um certo atraso.<sup>19</sup>

O documento indica imediatamente que os Estados Unidos estão “engajados em uma guerra que será longa”, fazendo uma alusão explícita a “uma guerra global contra o terrorismo” considerada como a primeira prioridade estratégica. Às referências ao Iraque e ao Afeganistão sucedem-se considerações sobre a necessidade de se preparar para uma defesa prolongada dos Estados Unidos, no contexto do fortalecimento dos processos interagências.

Ao mesmo tempo, o documento enfatiza sempre a necessidade de tirar o máximo partido possível da revolução da informação.

Esta dicotomia estrutural marca todo o documento, a ponto de definir várias prioridades que deverão ser objeto de roteiros (**roadmaps**): a reforma institucional do departamento (já propalada por Rumsfeld durante a campanha eleitoral de 2001); a guerra irregular (muito presente); a eficácia das parcerias interagências; a comunicação estratégica; o reconhecimento. Em um nível mais elevado, a QDR define quatro prioridades estratégicas: a derrota das redes terroristas, a defesa em profundidade dos Estados Unidos, a capacidade de influenciar as decisões de países situados em encruzilhadas estratégicas, a capacidade de impedir a aquisição de armas de destruição em massa por estados e grupos não constituídos como estados. Estas considerações acopladas a uma retórica que apresenta sob uma ótica favorável os acontecimentos nos quais as forças americanas precisaram intervir (como os furacões Katrina e Rita, as operações no Iraque e no Afeganistão ou ainda os ataques contra os dirigentes da Al Qaeda) não estão isentos de uma determinada super-estimação.

O documento representa um considerável exercício de busca de consenso no seio de uma instituição militar americana que precisa permanecer adaptada às condições próprias dos conflitos. É assim que, no contexto das campanhas convencionais, os Estados Unidos devem sempre ser capazes de conduzir uma operação de grande porte envolvendo a queda de um regime, ao mesmo tempo em que conduz, quase que simultaneamente, uma operação de menor envergadura, eles não se envolveriam a não ser em uma única operação prolongada que implicasse em operações irregulares.

Vários comentaristas, entretanto, enfatizaram o fato de que, para atingir seus objetivos, os Estados Unidos têm uma gestão problemática dos seus recursos humanos: o efetivo do Exército passaria assim a 482.400

<sup>19</sup> Department of Defense, Quadriennial Defense Review Report, Washington D.C., 6 février 2006 <http://www.defenselink.mil/pubs/pdfs/QDR20060203.pdf>

combatentes em 2011 (comparados aos 710000 em 1991), enquanto que numerosos recursos continuariam mobilizados pelo dispendioso FCS, um sistema de veículos de combate. Devemos observar, entretanto, que os efetivos dos batalhões das forças especiais registrarão um aumento de 33 % a partir de 2007, sendo estabelecido, por outro lado, um comando de operações especiais dos Marines. A Força Aérea receberia em 2018 um novo bombardeiro (uma vez que as frotas de B-52 estão reduzidas), um novo veículo aéreo não tripulado de combate naval capaz de ser reabastecido em vôo seria desenvolvido e o programa F22A seria desenvolvido ao longo do tempo.

A partir de 2012, o número de porta-aviões seria estabilizado em 11, haveria o lançamento de um programa de substituição dos navios utilizados para o pré-posicionamento das forças, a entrada em serviço do LCS seria acelerada, a marinha disporia de uma força fluvial, enquanto a produção de submarinos seria aumentada à razão de duas unidades por ano (com um custo máximo de dois bilhões de dólares por unidade). A dissuasão seria beneficiada por uma modernização de suas capacidades de comando e pelo reforço de suas aptidões defensivas e ofensivas em matéria de guerra cibernética. As capacidades em termos de inteligência, de guerra centrada em redes e de comando/controle serão também reforçadas. Enfim, apesar de alguns ajustes, o plano é esboçado com grande continuidade. O que suscita uma série de comentários críticos, particularmente no contexto de um novo aumento do orçamento americano de defesa, que não se enquadraria nos objetivos definidos pela QDR. A redução dos efetivos e o desenvolvimento de programas tecnológicos muito dispendiosos não se enquadram bem no aumento geral do número de operações, mesmo se o objetivo das duas operações de grande porte conduzidas simultaneamente – há muito questionada mas nunca abandonada – fosse revisto para baixo.

O documento parece, então, ambicioso, quando comparado à estratégia dos meios por ele projetados; a marinha, por exemplo, declara já ter um déficit de 7 bilhões de dólares.

O aumento dos custos do combustível teria sido tal que o custo total teria crescido em 11 milhões de dólares, em comparação com o ano anterior. Em suma, a aplicação da QDR será delicada.

Ao curto e médio prazo de uma “guerra global contra o terrorismo” soma-se o longo prazo das ameaças futuras. A China, certamente (embora pouco citada) mas também qualquer potência emergente e potencialmente expansionista. Neste contexto, os Estados Unidos tendem a delegar cada vez mais sistemática e radicalmente as tarefas de segurança regional aos seus aliados mais próximos. Os movimentos lançados anteriormente foram conduzidos desta forma, em relação ao Japão e também à Coreia do Sul, que deverá reassumir o comando das forças em seu território em tempo de guerra daqui a alguns meses. Os bombardeiros B-2 foram posicionados em Guam, enquanto as atividades das forças dos Estados Unidos se intensificava na África.

## O MUNDO INDUSTRIAL

Os programas em andamento

Nenhum programa de vulto foi lançado este ano. O caso do **JSF F-35**, oficialmente denominado **Lightning II** este ano representa bem os múltiplos desvios gerados por uma sofisticação obsessiva. O custo galopante – estimado pelo Congressional Budget Office americano em mais de 80 milhões de dólares por unidade, já sendo o programa militar mais caro de todos os tempos –, é tal que os parceiros, como a Austrália, começam a questionar publicamente sua participação.

As transferências de tecnologia, a serem realizadas pelos americanos, da mesma forma que as atribuições dos contratos de sub-contratação, não foram realizadas, suscitando a cólera britânica, indo alguns ao ponto de alardear, por meio de comentários indiretos, a aquisição de aeronaves **Rafale** a fim de fazer pressão sobre as indústrias e sobre o governo norte-americano. Verificou-se também que a aeronave seria menos furtiva do que deveria. Este é também o caso do laser aerotransportado **ABL-1**, que está atrasado, assim como o Airborne Tactical Laser.

Se, por um lado, o caça F-22 foi oficialmente aceito para serviço, sua manutenção mostra-se difícil e dispendiosa. A aeronave de reconhecimento ACS foi simplesmente abandonada, com custos e dificuldades consideravelmente aumentados. Este é também o caso do programa do veículo aéreo não tripulado de combate conjunto J-UCAS. Entretanto, a despeito de seus atrasos e de outros programas abandonados, a indústria de defesa dos Estados Unidos, continua poderosa, apoiando-se sobre sistemas comprovados como o F-16 ou o helicóptero UH-60 ou ainda, mais recentemente, o avião de transporte C-17 (encomendado pela Austrália, pela Grã-Bretanha e pela OTAN).

Contudo, as indústrias francesa e europeia não ficam atrás. O obuseiro autopropulsado **Casear** foi assim encomendado pela Tailândia (6) e pela Arábia Saudita (76), ainda que o sucesso seja pouco representativo da indústria de armamentos terrestres.

Renomeada Nexter, a GIAT-Industries obtém mais contratos na área de munições do que em seus “grandes programas”.

No domínio aeronáutico, o **Rafale** não teve encomendas. Por outro lado a Eurocopter se destaca, fechando contratos com a Arábia Saudita. O helicóptero **NH90** obtém novos sucessos na Nova Zelândia, Austrália e Bélgica. A EADS Casa teria também obtido algum sucesso. A Alcatel Alenia Space, ao receber encomendas de satélites militares para a Alemanha, confirma sua posição de líder europeu no setor. Estão igualmente em curso também vários programas de treinadores. Uma boa parte dos sucessos comerciais europeus foram alcançados na área de redes de comunicações

militares, de sensores e de sistemas de identificação biométrica. Observam-se também firmas como a Mowag, KMW, MAN ou Steyr que obtiveram sucessos, por vezes, impressionantes no domínio terrestre (veículos de combate e transporte).

A indústria russa de defesa continua dominando o mercado, principalmente em função das armas individuais e das munições que é capaz de fornecer. Isto não impede, entretanto, o aumento das vendas de materiais pesados, particularmente no setor aeronáutico. No Mediterrâneo vemos também, um importante contrato fechado com a Argélia (14 **Yak-130**, 28 **Su-30MKA**, 36 **Mig-29SMT**, 300 tanques **T-90S**, a modernização de 250 **T-72**, 20 autopropulsados antiaéreos **Tunguska**, 8 sistemas antiaéreos **S-300PMU-2**), totalizando 7,5 bilhões de dólares. Pouco depois, a Argélia encomendaria à Rússia dois submarinos da classe **Kilo**. No setor terrestre, o lança-foguetes múltiplo pesado **Smerch** (300mm) alcança grande sucesso. Neste contexto, vários analistas estimam que a disseminação em grande escala de materiais nos quais a Rússia se especializou corre o risco de trazer graves problemas em termos de segurança internacional. Ainda mais se considerarmos o caso de materiais como os lança-mísseis com ogiva termobárica **Schmel** que parece ter alcançado algum sucesso junto aos movimentos de guerrilha.

#### A INDÚSTRIA DE ARMAMENTOS

Vários desenvolvimentos ocorreram neste ano mas com um ritmo menor do que nos anos anteriores.

Além da transformação da GIAT-Industries em Nexter, no setor terrestre a Thales alienou alguns ativos ou setores (como a Thales Navigation vendida à Safran). A aproximação entre a Thales e a DCN, sujeita anteriormente a atrasos, foi oficializada por ocasião do Salão Euronaval, no final de outubro, com a Thales assumindo 25% do capital da DCN, e a Thales Naval France revendida à DCN.

Houve também uma aproximação entre a Thales e a Alcatel, que parece estar em vias de uma conclusão bem sucedida.

Além disso, observamos a publicação da Estratégia Industrial de Defesa britânica, que considera que a capacidade de produção autônoma de aeronaves e navios de combate deixou de ser um requisito.

No nível europeu, a Agência Européia de Defesa lançou novos programas de pesquisa, direcionadas sobretudo para o transporte marítimo estratégico, campo que, de forma bastante incompreensível, havia sido deixado de lado no programa anterior. Vários comentaristas estimam, entretanto, que sem um orçamento digno deste nome, as atividades da agência serão imensamente limitadas. Sob um ponto de vista mais geral, a BAE Systems e a maior parte das indústrias européias e americanas continuam a obter bons resultados. Neste contexto, a EADS/Airbus Military assinou um contrato de fornecimento de 4 **A400M** com a Malásia, após os contratos assinados em 2005 com o Chile e com a África do Sul.

Como conclusão, este ano será, a princípio, marcado, pela continuidade no domínio dos conflitos, do terrorismo, da estratégia nuclear, da modernização das forças e da indústria de defesa. Em todos estes campos continua a existir uma extraordinária preponderância por parte dos Estados Unidos, gerando um sistema de normas extremamente complexo nos campos estratégico, doutrinário e tecnológico, que tende a ser aplicado tal qual na Europa, sem qualquer aculturação. Neste sentido, sem dúvida, pode-se considerar como uma certa forma de esperança o fato de que a nova doutrina de combate contra-assimétrico - comum aos Fuzileiros e ao Exército dos Estados Unidos - que surgiria no final de 2006, com determinados elementos sendo divulgados - leva em conta as lições afegãs e iraquianas e a experiência européia.

21 de outubro de 2006.